

O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO SOBRE ASSISTÊNCIA E POBREZA DE FINAIS DE OITOCENTOS E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

MARIA DE FÁTIMA MOURA FERREIRA *

Resumo:

Analisam-se os vectores dominantes que enformam o discurso historiográfico sobre a história da assistência, enquanto instância ideológica, entre finais de oitocentos e a década de 40 do século XX, a partir do exame da produção de três figuras *consagradas* -Costa Goodolfim (1844-1910), Vítor Ribeiro (1862-1930) e Fernando da Silva Correia (1893-1966).

O desequilíbrio observado entre a exaltação da caridade cristã no passado em relação à atenção conferida aos pobres, constitui, afinal, o corolário lógico da naturalização do fenómeno assistencial e do reconhecimento do papel primordial do cristianismo, com o propósito claro de ressuscitar esse espírito caritativo nas contemporaneidades dos autores analisados. Neste contexto, a manipulação da representação do passado assistencial ou a afirmação do espírito caritativo português em termos de exaltação nacionalista, não são mais do que estratégias argumentativas em função do fim perseguido.

O presente artigo constitui uma síntese preliminar de uma investigação centrada na análise de representações sobre assistência e pobreza, a partir da exploração de material historiográfico produzido entre finais de oitocentos e a década de 40 do século XX, período que regista um impulso significativo no campo da história da assistência.

Delineamos, neste contexto, a realização de um estudo exploratório baseado no exame dos vectores nucleares que enformam esta produção discursiva não tanto enquanto esfera de saber mas, fundamentalmente, enquanto instância ideológica susceptível de contribuir para o modo de conceber a assistência e a pobreza no período em análise.¹ Com efeito, só no âmbito de uma investigação mais ampla,

* Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

¹Sublinhe-se o interesse crescente que a problemática assistencial tem suscitado ao nível da historiografia contemporânea mais recente, no tocante às épocas moderna e contemporânea, como o ilustram os trabalhos de Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império*

que contemple os diversos domínios discursivos que versaram sobre a matéria -jurídico, político, médico, religioso, ...- se nos afigura possível reconstruir o espaço cultural no interior do qual foram forjadas as representações dominantes sobre os objectos em estudo e, simultaneamente, apreender os seus significados, resultantes das relações de força em presença. Estaríamos, nessas circunstâncias, (eventualmente) aptos a evidenciar o contributo particular do discurso historiográfico neste processo.

1. Como ponto prévio, afigura-se-nos necessário recordar as alterações introduzidas pelo enquadramento jurídico oitocentista no tocante ao fenómeno assistencial, de forma a contextualizar o discurso historiográfico sobre a matéria. Como se sabe, com o liberalismo a acção do Estado no campo assistencial tende a acentuar-se, intenção expressa em diplomas diversos, promulgados no decurso da primeira metade de oitocentos, e ilustrada, precocemente, pela garantia de socorros públicos consignada no §29 do art. 145º da Carta Constitucional, sintoma da intenção secularizadora que atravessa outras áreas.

No decurso da década de 30, são lançadas disposições de carácter mais pragmático, como é exemplo a promulgação do decreto de 6-IV-1835, de Agostinho José Freire, que institui o Conselho Geral de Beneficência -tendente a projectar um plano de actividades sobre todos os ramos de beneficência, com o fim de extinguir a mendicidade-, além de outras afectas aos diversos ramos assistenciais: expostos (decreto de 19-IX-1836; lei de 7-X-1837; código administrativo de 1842); presos (Dec. 19-XII-1832, Circular de 27-VIII-1832), menores (Dec. 18-V-

português, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997; José M. Sobral, "Religião, relações sociais e poder. A Misericórdia de F. no seu espaço social e religioso (séculos XIX e XX)", *Análise Social*, vol. XXV (127), 1990, pp. 351-373; Laurinda Faria dos Santos Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e de poder*, Setúbal, Edição da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990; Rui Santos "Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola do século XVIII", *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, pp. 345-369. Refira-se, em todo o caso, o lugar marginal da produção sobre os aspectos ideológicos da história da assistência, facto que contrasta com a historiografia europeia. Uma síntese sobre as principais correntes desta última pode ver-se em Pedro Carasa Soto "Beneficencia y Control Social en la España Contemporánea", in Bergalli, Roberto; Mari, Enrique E. (coords.), *Historia Ideologica del Control Social (España, Argentina, siglos XIX y XX)*, Barcelona, PPU, 1989, 175-223. Veja-se ainda do mesmo autor "Pobreza y Asistencia Social en la España Contemporánea La Historia y los Pobres: de las Bienaventuranzas a la Marginación", *Historia Social*, nº 13, Primavera-verano, 1992, 77-99, súmula de uma proposta de renovação teórica e metodológica.

1832). Todavia, é no curso da segunda metade de oitocentos que o debate sobre a assistência se intensifica, paralelamente, às iniciativas de teor legislativo lançadas que reforçam a acção de controlo administrativo do estado sobre as instituições de assistência. Ilustram esta realidade, algumas disposições consignadas nos códigos administrativos de 1868 e de 1878 (o primeiro atribui às Câmaras Municipais a superintendência sobre determinados estabelecimentos, enquanto o segundo institui a Junta de paróquia como comissão de beneficência, conferindo-lhe amplas atribuições), as chamadas leis de desamortização (cujo processo é iniciado com a lei de 22-VI-1866, e que de acordo com testemunhos de contemporâneos provocam o empobrecimento das instituições privadas), a par da intensificação da actividade assistencial estatal. O impulso legislativo manifesta-se ainda nos últimos anos do regime monárquico como o atesta a reorganização dos serviços de saúde e de beneficência (lei de 24-XII-1901), a criação dos Serviços de Beneficência Pública (decreto de 27-12-1905), ou ainda as Comissões Protectoras dos Pobres, criadas na sequência do decreto anterior². Tais iniciativas, porém, não alteram a política assistencial oitocentista, como adverte Elvira Teixeira³, não obstante a legalização, autorizada por Hintze Ribeiro, das congregações e associações religiosas com fins educacionais, assistenciais e religiosos (Decreto 18-IV-1901), coexistindo, assim, a par da acção estatal (centrada essencialmente na vigilância e fiscalização dos organismos assistenciais, atendendo ao diminuto número de institutos públicos) a beneficência privada maioritária⁴.

Contudo, mais do que recensar as disposições mais emblemáticas - tanto as promulgadas numa época marcada por uma intensa codificação, como as de finais da monarquia, ditadas por preocupações, fundamentalmente, de carácter sócio-económico e político- importa relevar que a proliferação legislativa é ela própria indiciadora da relevância social da matéria, relevância essa denunciada ainda por

²Cfr. Oliveira Marques (coord.), *Portugal -Da Monarquia para a República* Volume XI da Nova História de Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 233.

³Cfr. Elvira Teixeira, "A Assistência: Do Fim da Monarquia ao Estado Novo" entrada in *Dicionário da História Religiosa em Portugal*, em vias de publicação. Sobre a acção da Igreja veja-se Fernando Jasmins Pereira "Assistência na Idade Contemporânea", in *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, vol. I, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pp. 686-717 (686-714).

⁴ Cfr. Oliveira Marques, ob. cit., idem.

outros indicadores como são exemplo as publicações sobre o fenómeno⁵ e contendas várias, como é o caso do debate sobre os expostos, nos anos 60. Precisamente, um dos temas correntes, que nos importa destacar, diz respeito aos limites da assistência, à disputa entre a assistência oficial e a particular/privada (polémica iniciada com a instauração do regime liberal ao postular-se a assistência como tarefa do estado), aos critérios de organização do sistema assistencial, temática que pela sua abrangência e essencialidade se irá conservar.⁶ A análise aprofundada desta contenda afigura-se-nos constituir uma das vias mais enriquecedoras do objecto assistencial, precisamente por nos permitir aceder às figuras envolvidas nesta questão, e através delas, às implicações políticas e ideológicas da matéria. Os desenvolvimentos legislativos posteriores irão prolongar e ampliar esta disputa.

Assim, a legislação da I República é norteada pelo princípio do reforço da assistência pública, como o espelha o direito à assistência pública expresso na Constituição de 1911 (Artigo 3º, nº 29º) e a reforma da assistência, promulgada precocemente através da lei de 25-V-1911, que estabelece um modelo assistencial centralizador (através dos organismos criados para o efeito: Direcção-Geral de Assistência, Conselho Nacional de Assistência Pública e Fundo Nacional de Assistência), acompanhada por outras iniciativas tendentes a ampliar os serviços assistencias e de previdência⁷. O Estado Novo corporiza um espírito assistencial inverso ao postular-se no Estatuto da Assistência Social (Lei nº 1998, 15-V-1940) a essencialidade da iniciativa privada, relegando para o Estado funções de mera orientação e estímulo. A acção assistencial da Igreja manifesta-se múltipla e intensa, actuando por via das ordens religiosas, do clero secular (através da dinamização de serviços assistenciais diversos) e ainda por intermédio de organismos laicos, em forte articulação com a doutrina da instituição. A doutrina

⁵A título ilustrativo, aponte-se a atenção conferida pelo *Instituto* à matéria, patente em artigos vários a cargo de juristas e médicos, em especial. De forma idêntica, os poderes públicos não negligenciaram o assunto, nomeadamente por via do Conselho de Beneficência tomando iniciativas diversas como é exemplo o *Relatorio ácerca de alguns estabelecimentos de Beneficencia existentes em Londres, París, Belgica e Roma feito ao Conselho de Beneficencia pelo seu secretario*, João Cardozo Ferraz de Miranda, Lisboa, 1857.

⁶Veja-se *A Beneficencia no Districto de Braga. Projecto para a sua realização*, pelo governador civil do districto Jeronimo da Cunha Pimentel, Porto, Typ. Commercial Portuense, 1884. No relatório que precede o projecto, extremamente rico do ponto de vista doutrinário, o autor analisa os diferentes modelos europeus de assistência, avançando com uma proposta relativa à organização do sistema no reino.

⁷Cfr. Oliveira Marques, ob. cit., p. 235-237.

social da Igreja enforma o edifício assistencial, preconizando-se a recuperação do espírito de misericórdia na sua prática de assistência. Em paralelo, desenvolvem-se os sistemas de previdência no quadro da ideologia corporativa⁸.

2. Delineadas as coordenadas legislativas sobre o fenómeno assistencial, no período em análise, entremos no âmago do nosso estudo, uma vez delimitado o seu âmbito e natureza.

A investigação incidiu sobre a obra de José Cipriano da Costa Goodolfim (1844-1910), Vítor Maximiano Ribeiro (1862-1930) e Fernando da Silva Correia (1893-1966), figuras consagradas da história da assistência, aos olhos dos contemporâneos versados na matéria. Acrescente-se, por outro lado, a relevância dos trabalhos produzidos por estes autores, que pela sua amplitude e diversidade mais se prestavam a uma análise exaustiva dos fins perseguidos, em detrimento de estudos monográficos, mais propensos, por vezes, ao enaltecimento de beneméritos locais, sem invalidar, porém, a relevância destes em termos de conteúdos ideológicos a explorar.⁹

Vale a pena salientar, em todo o caso, que o contributo destas figuras se apresenta diverso, designadamente tendo presente as respectivas trajectórias sociais, que esboçamos grosseiramente.

O primeiro autor, Costa Goodolfim, distinguiu-se como paladino do associativismo, dedicando particular atenção às questões relativas à previdência e ao mutualismo. De ascendência aristocrática, dificuldades materiais da família impediram-no de concluir a sua formação escolar, levando-o a aceitar o lugar de funcionário nos escritórios da Companhia de Gás, como principal actividade profissional. Republicano, afirmou-se como destacada figura do movimento em prol do associativismo, à semelhança de outros como Sousa Brandão, Lopes de Mendonça, Azedo Gneco, José Fontana, e participou na fundação das primeiras associações operárias. Neste quadro, desempenhou o papel de representante de associações portuguesas em numerosas conferências e congressos no

⁸Cfr. Eira Teixeira, "A Assistência: Do Fim da Monarquia ao Estado Novo", ob. cit. . Sobre os princípios norteadores da assistência social no Estado Novo a partir do exame dos principais diplomas legislativos veja-se Coriolano Ferreira, *Assistência Social Portuguesa. Apontamentos sobre a sua história seus princípios e sua organização*, Lisboa, Ed. da Revista Hospitais Portugueses, 1957.

⁹Entre outros José F. Ferreira Martins, *História da Misericórdia de Goa*. (1520-1910), 3 vols., Nova Goa, 1910-1914.

estrangeiro, tendo sido delegado aos congressos das instituições de Previdência de Paris realizados em 1878, 1883 e 1889 (ocupando, neste último, o lugar de vice-presidente). Assumiu, por outro lado, funções directivas em diversas associações portuguesas (e.g. secretário geral da União das Associações Portuguesas; vice-presidente do Albergue dos Inválidos do Trabalho). Foi ainda responsável pela organização das Caixas Económicas Escolares (iniciativa a cargo da Câmara Municipal de Lisboa). Apresenta, em paralelo, um currículo cultural-científico segundo o padrão da época, sendo sócio de numerosas instituições científicas e culturais, nomeadamente da Academia das Ciências de Lisboa (na qualidade de sócio correspondente), do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geografia (na qualidade de sócio efectivo), da Associação dos Escritores e Artistas, e de outras instituições estrangeiras, perfil que incluiu ainda a sua colaboração em diversos periódicos e revistas de especialidade.¹⁰

Vítor Ribeiro, por sua vez, concentrou-se de forma mais evidente nas questões assistenciais, tendo sido considerado por Fernando da Silva Correia, "o escritor que até hoje mais e melhor tem escrito sobre história da assistência"¹¹. Aluno do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, enveredou pela carreira de professor liceal (1888-1896) e exerceu o cargo de Arquivista da Contadoria da Misericórdia de Lisboa. O seu envolvimento nas questões assistenciais explica, porventura, a designação para membro da comissão para estudar e propor o plano legislativo sobre assistência aos alienados (Portaria de 27-IV-1886) e, posteriormente, a participação no 1º Congresso de Beneficência (Porto, Janeiro de 1905). Interveio ainda em iniciativas histórico-literárias, integrando a comissão de comemoração de Sousa Viterbo (1911) e a comissão para a celebração dos centenários da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque (nomeada pela Academia das Ciências em 1911), a par de outras colaborações em manifestações congéneres.

¹⁰Cfr. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XII, 589-90; "Prefacio" de M.V. de Armelim Junior in *A Previdência. Associações de Socorro Mutuo, Cooperativas [...]*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, pp. VII-XXXIV; Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal 1820-1975*, 1º volume 1820-1929, Lisboa Assírio e Alvim, 1979; Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, Publicações Europa-América, 1979, 1º e 2º vols. Bibliografia do autor em anexo.

¹¹Fernando da Silva Correia, "A Assistência aos pobres no comêço da Nacionalidade portuguesa", *O Mundo Português* (II Congresso), Lisboa, vol. II, 1940, p. 623, sublinhado nosso.

Em termos de perfil cultural-científico destaca-se o ter sido membro de várias instituições -designadamente sócio correspondente da Academia Real das Ciências, do Instituto de Coimbra e do Instituto de História e Geografia Brasileiro; sócio efectivo da Real Associação de Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses e sócio honorário da Academia Nacional de História de Bogotá, entre outras- e ter colaborado em diversas revistas (*Instituto, Ocidente, Ilustração Portuguesa ...*) e periódicos.¹²

Por último, Fernando da Silva Correia, médico e higienista, foi autor de uma intensa obra no campo da história da assistência, produzida entre as décadas de 20 e 50 de novecentos, com notórias repercussões na produção científica sobre a matéria¹³. Licenciado em 1917, doutorou-se, pela Universidade de Coimbra, em 1938 (com o estudo intitulado *Portugal Sanitário*). Iniciou a carreira profissional como médico municipal, e, posteriormente, exerceu as funções de delegado de saúde nas Caldas da Rainha, professor de Medicina Sanitária (Lisboa), inspector de Saúde Escolar (1941), e, por fim, Director do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge (1946). Foi membro do Conselho Geral da Ordem dos Médicos e coordenador do Ministério da Saúde, do Conselho Superior de Higiene e Assistência Social e, igualmente de várias associações científicas (Sociedade das Ciências Médicas, da Sociedade Portuguesa de Etnografia e Antropologia, Instituto de Coimbra). Responsável e colaborador de diversas revistas (Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, Boletim dos Serviços de Saúde Pública, entre outras)¹⁴.

Ainda que sumários, estes breves apontamentos são indiciadores da heterogeneidade sócio-cultural e profissional destes autores, facto que se reflecte nas respectivas produções (como veremos), autorizando-

¹²Cfr. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXV, 612-13, e trabalhos do autor. Bibliografia do autor em anexo.

¹³Entre outros, Irene de Jesus Lopes, *Subsídios para o estudo da História das Farmácias de Misericórdias*, trabalho realizado no âmbito do curso de Deontologia e Legislação da Escola Superior de Farmácia de Lisboa, no ano escolar de 1944-45, Lisboa, Oficinas Gráficas, 1945 (Orientação a cargo de Fernando da Silva Correia); artigos diversos inseridos em revistas médicas, como são exemplo *O Médico*, *Acção Médica* (Revista da Associação dos Médicos Católicos Portugueses), *Boletim da Associação Social* (com um número dedicado às Misericórdias).

¹⁴Cfr. *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* vols. VII, p. 748, XXXIX, p. 384, Ver bibliografia do autor em anexo.

nos, assim, a delinear a presença de dois perfis: o do erudito e o do acadêmico, este último, corporizado em Fernando da Silva Correia. Como teremos oportunidade de evidenciar, as preocupações de rigor científico perseguidas e manifestadas pelo autor em diversas passagens da sua obra, não invalidam a assunção de pressupostos ideológicos disseminados de forma abundante no seu discurso, realidade aliás corrente na historiografia então dominante¹⁵. Em todo o caso, e em termos de apreciação global, vale a pena relevar um traço comum aos três autores seleccionados: o envolvimento nas políticas assistenciais e o proselitismo inerente às respectivas produções. ¹⁶.

2.1 *A Historia da Beneficencia Publica em Portugal*, título publicado em 1907)¹⁷, de Vítor Ribeiro, constitui um estudo pioneiro ao apresentar um inventário histórico das diversas iniciativas e modalidades assistenciais, desde os inícios da nacionalidade até aos primeiros anos de novecentos. Concebido em termos de digressão predominantemente descritiva, bem ao gosto positivista da época, apreende-se como vector de força a ideia de que a beneficência/assistência é produto do espírito caritativo (cristão), tão próprio do povo português. A exaltação da caridade e/ou beneficência (tida por sinónimo) percorre todo o texto, revestindo, ainda, evidentes conotações nacionalistas:

"Notáveis tempos e estranho espectáculo seria este! Além das verdadeiras confrarias de mendigos que enxameavam pelas cidades, além das ordens mendicantes, havia ainda esparsos pelo país os pedidores e mamposteiros dos cativos e os de todas as numerosas Misericórdias, que por todo o reino se estabeleciam. Pedia-se esmola largamente, nas igrejas, nos mosteiros, nas ermidas, nas festas e romarias, pelas estradas e casais, à porta dos domicílios, nas eiras, nos lagares, nas fontes, nos círios e nas procissões! Estranho, verdadeiramente estranho o espectáculo deste peditório tão largamente desenvolvido, atacando todas as classes e camadas sociais e revertendo em geral em benefício da grande miséria pública!

Pode imaginar-se o aspecto que ofereceriam as velhas cidades do século XVI neste velho Portugal, sempre compadecido das misérias alheias, neste povo de coração sempre sensível e bolsa sempre

¹⁵Panorâma idêntico verifica-se no caso da historiografia assistencial espanhola, cfr. "La pobreza y la Asistencia en la Historiografía Española Contemporánea", *Hispania*, L/3, nº 176 (1990), 1475-1503, em especial 1485-1486.

¹⁶Optamos por iniciar a exposição analítica por Vítor Ribeiro, uma vez que a obra deste autor consubstancia, de forma exemplar, os vectores dominantes sobre essas representações. Desta forma, abandonamos o critério cronológico em benefício de outro, mais analítico.

¹⁷Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907.

aberta para socorrer os infortúnios, para acudir aos pobres, aos miseros desvalidos!
Enternecem estes piedosos trechos da velha história da beneficência portuguesa, sensibilizam-nos estas demonstrações de quanto é antiga, nacional, genuinamente nossa, esta constante leviandade de maus, perdulários administradores, com os dotes da mais pura, espontânea e dadivosa caridade, reveladora dos bons sentimentos altruístas, do bom coração, excelente fundo, óptimo carácter do povo português!"¹⁸

A naturalização da prática 'assistencial' (bem patente nesta longa passagem) representa outro elemento significativo da concepção de beneficência de Vítor Ribeiro, ao implicar todas as "classes e camadas sociais", não obstante os papéis distintos que a História lhes parece reservar. Assim, se por um lado o autor alude "[à] boa vontade caritativa das três classes, que constituíam a povoação do reino, clero, nobreza e povo"¹⁹, símbolo de uma qualidade que se pretende nacional; por outro, não deixa de glorificar, a par e passo, as iniciativas dos seus protagonistas, lideradas pelos representantes dos grupos privilegiados: clérigos, nobres, rainhas,

Por outro lado, o processo de naturalização da beneficência manifesta-se, ainda, nas relações de género, atendendo ao lugar de destaque que o autor atribui ao feminino e suas implicações:

"Eis o caminho traçado. Dos solares monásticos e dos paços dos bispos, o amor pelos desvalidos e a compaixão pelos males da misera humanidade passam, por meio da religiosidade, a atingir e sensibilizar os ternos corações femininos. A mulher que, despreendida da antiga servidão pela voz apaixonada de Jesus, se viu guindada, na idade média, à posição proeminente de rainha no seu solar [...], a mulher portuguesa daqueles tempos levada, já pelos preceitos da religião e pelas suas crenças ardentes, já pelos impulsos naturais do seu coração, consubstanciou em si as glórias dos primeiros tentamens da caridade pública."²⁰

A 'rainha-mulher', protagonista de numerosas iniciativas assistenciais recenseadas ao longo do livro, dá lugar à imagem da 'mulher-rainha', coeva ao autor, imbuída numa visão romântica: virtuosa, dominada pelo sentimento, por 'natureza' vocacionada para as questões assistenciais, independentemente da evidência empírica.

¹⁸*Historia da Beneficencia Publica em Portugal*, ob. cit., pp. 64-65. Sublinhados nossos.

¹⁹*Idem*, p. 140.

²⁰*Idem*, p. 18-19.

Mas sublinhe-se: a par dos elementos enunciados, a concepção de beneficência/assistência de Vítor Ribeiro é inseparável de uma mundividência religiosa na qual ela ganha plenamente sentido. A caridade a que se alude tão frequentemente ao longo do texto é "essa grande virtude do cristianismo, que mais tem engrandecido a alma do homem"²¹. Assim, a caridade cristã representa a razão primeira de toda a iniciativa assistencial, independentemente do seu agente e da época histórica considerada. O cumprimento de preceitos religiosos - sintetizados na fórmula "a bem da salvação eterna"- encontra-se no cerne de toda a manifestação assistencial, sobretudo no passado como veremos, ainda que não exclua a presença de outros factores, designadamente e segundo o autor, o puro altruísmo.

Importa, em todo o caso, contextualizar a visão apologética e glorificante do passado assistencial que impregna o corpo de *Historia da Beneficencia Publica*, uma vez que ela se integra na historiografia então em voga, carregada de uma visão idealizada do passado e profundamente nacionalista.

É sob o prisma hegemónico da caridade que Costa Goodolfim examina, ainda que de forma bastante mais sumária em relação a Vítor Ribeiro, algumas dimensões da beneficência no passado, em particular a acção desenvolvida em prol dos necessitados.

Neste autor, a noção de caridade apresenta-se multiforme, em função dos materiais compulsados. Em *As Misericordias* ²² a caridade apresenta-se como objecto exclusivo de exaltação. Assim, é concebida como a "mais suprema das virtudes", qualidade que atinge todos sem distinção, sinónimo de piedade e de bem fazer. Em simultâneo, são esparsas as alusões ao cristianismo e à religião, bem como, aos protagonistas da beneficência.

Neste elogio poético à história da caridade há, ainda lugar, para fazer desta virtude a marca de um povo "que tem alma tão grande e tão alevantada, coração sempre aberto à dor alheia, como se própria fosse, esse povo é grande e tem o primeiro lugar na história da humanidade".²³ Em contrapartida, no seu trabalho "O Hospital de Todos os Santos. Sua Fundação-Hospitales existentes em Lisboa- El-Rei D. João

²¹ *Idem*, p. 16.

²² Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

²³ *As Misericordias*, ob. cit., p. 13.

II- O seu Testamento - El-Rei D. Manoel I^o²⁴ vislumbramos uma concepção de caridade idêntica à de Vítor Ribeiro: reconhecimento explícito do vínculo cristão, elogio dos agentes de beneficência ... Todavia, a par do enaltecimento denota-se a preocupação de ampliar o conhecimento histórico das instituições (neste caso concreto, dos hospitais). A aspiração republicana assumida pelo autor não o impede de postular uma atitude conciliatória com o cristianismo, preconizando a exclusão da dimensão política na análise desta matéria, à semelhança do que sustenta em relação às associações de previdência.²⁵

Em Fernando da Silva Correia a exaltação da assistência no passado reveste-se, por seu turno, de maior sobriedade, vector, que aliás, corporiza todo o seu discurso, assumido pelo próprio como 'histórico': "O que vai prender a nossa atenção é apenas o que caiba no campo positivo e frio da História."²⁶ E de facto, pese embora a fachada neopositivista, pretensamente neutra, que recobre a sua obra, dos três autores seleccionados, Fernando da Silva Correia é o que evidencia uma maior preocupação de rigor histórico, no sentido de documentar as suas asserções (ou hipóteses interpretativas). Na mesma linha, os seus trabalhos denunciam, a par do esforço de sistematização, um alargamento temático da história da assistência (patente, designadamente, na atenção conferida à arquitectura hospitalar e à história da medicina). Porém, a inserção do contexto histórico não impede a abordagem isolada do fenómeno assistencial, sujeito aparentemente a regras próprias: "Acima porém de tôdas as paixões, lutas, abusos ou critérios, a doutrina cristã orientava todos os actos da assistência, directamente, na quase totalidade da população cristã (...) ou indirectamente, nos judeus e mouros, ambos eles influenciados pelos dominadores, e os primeiros pelo Velho Testamento, todos considerando a caridade e a esmola como um dever."²⁷

Por seu turno, o vector nacionalista, ainda que presente, manifesta-se mais ténue, o que aliás, se repercute na abordagem dos protagonistas da assistência. Como o autor nos adverte, repetidas vezes, a

²⁴Trabalhos da Academia de Ciências de Lisboa, 1ª série, Tomo I, Lisboa, Livraria Central de Gomes Editor, 1908, pp. 237-266.

²⁵Cfr. *A Previdencia*. [...], Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. XXXII.

²⁶In *Estudos sobre a História da Assistência. Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Henrique Torres-Editor, 1944 (publicação subsidiada pelo Instituto Para A Alta Cultura), p.8.

²⁷*Idem*, pp. 261-262.

perspectivação da assistência não pode ser reduzida a estes últimos, relativamente aos quais há testemunhos abundantes, de forma a não negligenciar a relevância da "caridade individual", anónima, não documentada, mas não por isso inexistente.

A visão de Fernando da Silva Correia sobre a assistência no passado inscreve-se, por outro lado, numa mundividência cristã, que, no seu caso particular, se apresenta hegemónica:

"O cristianismo iluminou e determinou pois a orientação da assistência no nosso País, desde o século XII ao fim do século XV, como depois [...]. Ninguém pode compreender a história da assistência, quer em Portugal, quer em todo o mundo, sem antes disso compreender a essência do cristianismo e ter lido os autores cristãos consagrados."²⁸

O realce conferido ao cristianismo, prolonga-se, por sua vez, à Igreja, e em particular, ao clero no tocante à prática assistencial - "as catedrais eram centros da cultura cristã, preparação de sacerdotes e prática da caridade, e (...) os párocos estavam espalhados por todas as freguesias de Portugal, levando a toda a parte a doutrina da caridade."²⁹

Esta visão naturalizante da assistência imbuída de religiosidade, leva-o, provavelmente, a sustentar que a assistência (sobretudo no passado) deve ser entendida no seu sentido lato, "o único admissível ao fazer-se história", sinónimo de *auxílio, socorro* ³⁰, e, em simultâneo, a eleger a Idade Média como "a idade de ouro da assistência cristã", pela sua intensidade, perfeição e humanidade. Seguindo o autor, é então que a assistência se adequa às realidades e às necessidades, instituindo-se obras em função dos miseráveis, sem ver nestes simples objectos a catalogar, [...] nunca abstraindo daquele mínimo de dignidade humana que deve merecer o respeito de quem diz interessar-se pela assistência".³¹

²⁸ *Idem*, pp. 264-265.

²⁹ *Idem*, p. 265. Ou ainda: "Pela breve exposição que acabamos de fazer, para recordar as instituições religiosas existentes em Portugal desde o início da Nacionalidade e desenvolvidas depois, mais ou menos, até ao fim do século XV, pode calcular-se a influência da Igreja no nosso País e, por conseguinte, avaliar-se como ela teria orientado a prática da assistência segundo as normas cristãs, expressas nos Evangelhos e seus comentadores e ordenadas pelos papas e decisões dos concílios." *Idem*, p. 268.

³⁰ "A Assistência aos pobres no comêço da Nacionalidade portuguesa", *ob. cit.*, p. 624.

³¹ *Estudos sôbre a História da Assistência*. [...], *ob. cit.*, p. 269.

2.2. Mas para além da caridade, elemento nuclear na abordagem da assistência entre os autores seleccionados, (à semelhança das descrições exaustivas sobre as instituições e modalidades de assistência, que nos escusamos de expôr, em face dos objectivos perseguidos), importa examinar o lugar conferido ao fenómeno pobreza.

Em Vítor Ribeiro sobressai o silêncio (ainda que não absoluto) sobre os condicionalismos do fenómeno. Com efeito, exceptuando breves e sumárias referências sobre a sua extensão, a pobreza nunca é objecto de qualquer problematização, prolongamento da visão naturalizante sobre a realidade social. Mais, a miséria é mesmo, por vezes, objecto de admiração. (Atenda-se à primeira citação do autor, pp. 8-9) Costa Goodolfim, por sua vez, deixa transparecer um panorama semelhante, uma vez que a miséria é perspectivada como "lei da contingencia humana"³², contra a qual apenas o trabalho e a previdência são passíveis de constituir antídotos. A ordem sócio-económica conserva-se inquestionável, tanto no passado como no presente do autor, apesar da aspiração a uma maior igualdade da ordem social no futuro, também ela contingente, pois dependente da descoberta das respectivas 'leis pela sociologia'. Precisamente, é neste quadro que Costa Goodolfim elabora a apologia do associativismo, meio de dignificação e autonomização do trabalhador, ao mesmo tempo, instrumento de prosperidade da nação. De forma idêntica, em Fernando da Silva Correia são ausentes referências estruturais ao fenómeno, alegando-se a trilogia clássica -fome, peste e guerra- como responsável pela profundidade da pobreza. Em todo o caso, o autor não descarta a complexidade da questão, ao aludir que "A análise completa das causas, circunstâncias e pormenores dessa miséria dava, só por si, assunto para um grande livro."³³

2.3. O desequilíbrio observado no equacionamento do fenómeno pobreza, enquanto razão da existência de um sistema assistencial, encontra o seu correlato na abordagem aos assistidos. A exaltação e profusão de elementos relativos aos agentes da assistência contrasta, em Vítor Ribeiro, com as raras referências aos assistidos, circunscritas a uma enumeração de categorias de acordo com a natureza das instituições assistenciais. Mencionam-se, assim, peregrinos, viajantes, doentes, pobres, mulheres, crianças e idosos. Alude-se à dimensão

³²A *Previdencia* [...], ob. cit., p. XXXII.

³³*Estudos sobre a História da Assistência*. [...], ob. cit., p. 256.

destes 'grupos', alegando-se os particularismos de cada período histórico como responsáveis pela existência dos mesmos. Apenas, em relação ao presente, o autor exclui, sintomaticamente, os pobres.

"O papel da Beneficência no estado actual das sociedades cultas é prestar auxílio carinhoso aos que dela carecem para poderem caminhar na luta da vida, é amparar com afecto os infantes, os orfãos, os aleijados, os doentes, os alienados, os velhos, os inválidos, e proporcionar-lhes o descanso, a pousada, o alimento a que têm jus pela sua vida anterior honrada e laboriosa. Mas não só isto: tem de educar e moralizar, de reprimir a vadiagem, a ociosidade, o vício".³⁴ Passagem que representa um testemunho, claro, da apologia do modelo assistencial liberal, no tocante ao critério de classificação do pobre baseado na relação com o trabalho³⁵, orientando-se a assistência, fundamentalmente, para os que se "encontravam desligados do processo produtivo [...] deixando quase completamente à margem as novas situações de miséria e insegurança ligadas à condição operária."³⁶

Quadro idêntico encontramos em Fernando da Silva Correia, no tocante à abordagem do passado. Apenas vislumbramos dados esparsos: referência clara à distinção entre os autênticos necessitados e os 'falsos mendigos' (vadios e toda a espécie de homens válidos), o "pior inimigo do pobre", para além de uma caracterização sumária das várias qualidades de assistidos.

Em suma: o relevante é a preocupação em acudir à pobreza, a resposta aparentemente solícita ao fenómeno em face da naturalização da miséria, de forma a enaltecer as virtudes de uma caridade sempre atenta, desinteressada e presente. Nesta linha, a descrição histórica dos institutos de assistência, a busca das respectivas origens, as fases de evolução do fenómeno, o recenseamento dos edifícios, os benfeitores representam os meios mais eloquentes de exaltação dessa virtude.

³⁴"Criterio a que devem obedecer as soluções positivas da organização da beneficencia portugueza...", *Primeiro Congresso Portuguez de Beneficencia- Documentos*, Porto, 1906. cit. in *Historia da Beneficencia Publica*, ob. cit., p. 427.

³⁵ Cfr. Maria Antónia Lopes, "Os Pobres e a Assistência Pública", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, V Volume -O Liberalismo, Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque (coords.), Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, 502.

³⁶In Mariano Esteban de Vega, "La Asistencia Española: Beneficencia Pública y Prevision Particular", *Historia Social*, nº 13, Primavera-verano, 1992, 124 (tradução nossa).

2.4. Com efeito, a perspectiva perseguida não é alheia ao facto de o fazer história da assistência, em particular em Vítor Ribeiro e em Fernando da Silva Correia, revestir intenções precisas (e excluimos Costa Goodolfim uma vez que este se concentra, de forma mais evidente, na apologia da previdência, como meio, em articulação com "a caridade actual", de fazer valer ao infortúnio). A abordagem do passado assistencial arrasta consigo referências e ilações concretas às contemporaneidades dos respectivos autores.

Assim, em Vítor Ribeiro, a visão idealizada e naturalizante da assistência no passado prolonga-se ao presente do autor. Nestas circunstâncias, apesar das alterações substanciais que assinala no curso evolutivo da história assistencial em Portugal -como são exemplo a periodização que apresenta, as diferenças entre os institutos antigos e modernos- afigura-se-nos significativo o propósito de enaltecer a permanência de um espírito assistencial/caritativo que se pretende comum e eterno, característico do povo português. Daí, provavelmente, a relativa neutralidade que preside ao recenseamento das diversas manifestações assistenciais novecentistas, facto que o leva a louvar, em termos idênticos, o que designaríamos por iniciativas informais, como são exemplo as subscrições públicas a cargo de periódicos ou a realização de festas de beneficência, promovidas por senhoras da mais alta sociedade, em relação a outras de maior envergadura relacionadas com a criação de instituições por excelência 'modernas' (albergues nocturnos, creches, asilos, instituições para deficientes....).

A exaltação e a apologia da assistência no passado apresenta-se, por sua vez, como um meio poderoso de sustentar o modelo assistencial que preconiza, apoiando-se para o efeito nas palavras do médico Silva Carvalho, na qualidade de Provedor dos Recolhimentos da Capital:

"Está hoje plenamente demonstrado que a assistência legal, a caridade oficial, o que muitos julgam ser a preparação para a forma perfeita de uma das funções do Estado, no entender dos mais arrojados revolucionários de hoje, é cara, injusta e improficua, desmoraliza em vez de educar no altruísmo, não abençoa o que dá e o que recebe como a piedosa caridade individualmente exercida, não traz consigo a gratidão nem o amor do próximo, e por cima de tudo não diminui a miséria. A grande Caridade, a eficaz, a consoladora, a que tem um alto valor moral e social, a Caridade cristã, é a que é exercida directamente, a que sem estorvos se exerce do beneficente para beneficiado. Para isto aquele tem de aproximar-se do mal deste para conhece-lo e remedia-lo, e a esmola bemdita é mais pronta, mais apropriada e mais útil, ao mesmo tempo que pela satisfação do benefício realizado no que dá e pela consolação da

prova de amor do próximo no que recebe, estabelece um laço social entre os protegidos da sorte e os desventurados, entre os poderosos e os humildes, que nenhuma outra relação social pode exceder, nem igualar. E que esta confraternidade que só o altruísmo cristão pode dar, é preciosa pelo seu valor no actual momento histórico, em que por um variadíssimo concurso de circunstâncias as sociedades se revolvem no mau estar cheio de inquietações pelo presente e de pavores pelo futuro."

37

Descontando muito embora os ecos de uma contenda em curso, relativa às propostas de definição do modelo assistencial, parece-nos de realçar a presença de uma concepção assistencial apoiada na visão da assistência do passado, produzida pelos autores em análise. Neste trecho de Silva Carvalho, citado e por conseguinte partilhado por Vítor Ribeiro, é visível a centralidade da caridade, do vínculo religioso, a exaltação da esmola, a promoção da harmonia social. Por outras palavras, advoga-se não apenas uma concepção religiosa de assistência, mas particularmente uma concepção arreigada a traços arcaizantes, simbolicamente ilustrados no elogio da esmola, na senda do modelo assistencial medieval delineado pelo historiador Carasa Soto.³⁸ Neste contexto, a apologia do passado assistencial por Vítor Ribeiro prolonga-se à proposta de modelo de reforma assistencial pública, preconizando um sistema liderado pelas Misericórdias e alicerçado na racionalização dos recursos. O 'edifício' afigura-se completo ao advogar a consagração da instituição Misericórdia "a primeira e mais essencial, completa criação da Beneficência portuguesa", no passado e eventualmente no presente, proposta que recebeu o voto unânime do Congresso Português de Beneficência, celebrado no Porto em 1905.³⁹

³⁷ Silva Carvalho, Relatório do 2º ano (1896), cit. in *Historia da Beneficencia Publica em Portugal*, ob. cit. p. 235.

Augusto Silva Carvalho (1861-1957), licenciado em medicina (Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa), seguiu a carreira pública (nas áreas da inspecção e cirurgia), tendo sido nomeado cirurgião honorário e provedor dos Recolhimentos de Lisboa. Integrou diversas comissões de higiene e assistência públicas. Foi presidente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa e encarregado do curso de História de Medicina (Faculdade de Medicina de Lisboa). Foi sócio de várias corporações científicas e autor de uma vasta obra científica (Saúde Pública; História da Medicina). Cfr. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVIII, pp. 852-853.

³⁸Cfr. Pedro Carasa Soto, "Beneficencia y Control Social en la España Contemporánea", ob. cit. p. 179-180.

³⁹Cfr. *Historia da Beneficencia Publica em Portugal*, ob. cit. p. 425 e p. 140.

Em Fernando da Silva Correia, pelo contrário, é patente a desvalorização do espírito assistencial moderno em face do enaltecimento do do passado, em especial medieval:

"Mas naquela época a esmola, pequena embora, era a forma habitual de assistência, pois não havia assistência pública organizada -era *moda*, se assim o quiserem- ao passo que actualmente, em que para a maior parte da gente a assistência pública 'tem obrigação de valer a todas as misérias' embora ninguém pense na contribuição que seria pedido exigir a cada indivíduo para ela ser eficaz, generalizada e perfeita, a esmola passou de *moda*, sendo cada vez mais rara por isso mesmo. Tudo serve de pretexto para não dar, desde o argumento de ser *humilhante*, o que só sucede quando é dada sem caridade, até ao da convicção de que a assistência pública e particular, prestada em instituições, é suficiente, argumento cómodo e egoísta de quem prefere poupar e não se preocupar sequer com a miséria de cada um, achando mais económico e cómodo que os outros cuidem deles."⁴⁰

As citações podiam ser multiplicadas. Fernando da Silva Correia é explícito ao aludir às lições que a história da assistência fornece ao presente, como contributo à sua reforma na actualidade. E frise-se: o elogio da esmola -perspectivado pelo autor no seu devido contexto, isto é: enquanto prática assistencial tipicamente medieval, num quadro de pobreza santificada (segundo expressão de Pedro Carasa Soto⁴¹) e num esquema assistencial não institucionalizado- é valorizado enquanto reflexo, na opinião do autor, do verdadeiro espírito caritativo, 'a grande lição' que importa restabelecer. Acrescente-se: a visão do acto assistencial circunscrito à sua dimensão religiosa, desinteressada e caritativa, bem reveladora da empatia do autor pelos princípios que norteiam a política social de assistência do Estado Novo⁴².

É à luz desta concepção que o autor define o conceito moderno de assistência, concebendo a "Misericórdia, como o conjunto de instituições e esforços locais tendo por fim a realização máxima de todas as Obras da Misericórdia, quer espirituais, quer corporais, composta de uma

⁴⁰*Estudos sobre a História da Assistência*. [...], ob. cit., . 269.

⁴¹Idem.

⁴²Sobre o assunto ver Coriolano Ferreira, *Assistência Social Portuguesa. Apontamentos sobre a sua história seus princípios e sua organização*, ob. cit. É vale a pena recordar, a pretexto do lugar de destaque atribuído por estes autores à esmola (ainda que simbolicamente), a perspectiva distinta advogada pelos republicanos nesta matéria, expressa no preâmbulo da lei da reforma da assistência da I República segundo o qual o sistema a implantar "destina[va]-se a iniciar sobretudo, na capital da República, a experiência de um sistema de assistência pública capaz de tornar desnecessária a quem quer que seja a esmola" (preâmbulo da lei de 25-5-1911).

Confraria (a cargo da qual ficaria especialmente a realização das espirituais e a colaboração no inquérito às necessidades, auxiliando o serviço social), e de todas as modalidades de assistência que as circunstâncias locais permitirem criar (hospitais, lactários, creches, albergues, sopas dos pobres, asilos, patronatos, dispensários, mistos ou especializados, casas de trabalho, de repouso, de regeneração, maternidades, jardins de infância, escolas para anormais, etc.), não se admitindo na organização da Confraria ou sua acção qualquer espécie de orientação que não seja a canónica, só a ela podendo pertencer pessoas católicas praticantes. A par porém da Confraria da Misericórdia, haveria outras Obras e esforços, pertencentes igualmente à instituição *Misericórdia*, com sócios contribuintes ou auxiliares, todos trabalhando para o mesmo fim, com nobreza de sentimentos, sem hipocrisias, a todos se exigindo o respeito pelas virtudes e sentimentos cristãos tradicionais e a quota parte de colaboração na realização das Obras da Misericórdia."⁴³

Mais do que o elogio de uma instituição evidencia-se o enaltecimento de um espírito assistencial, consagrado nas obras da Misericórdia, que segundo o autor constituem património da assistência medieval, e, por conseguinte, anterior à fundação da Misericórdia, enquanto instituição. Corolário lógico da leitura que o autor propõe da história da assistência no passado e, sobretudo, dos valores sócio-ideológicos que advoga.

3. Do exposto, e em termos de grandes regularidades aos três autores seleccionados, afigura-se-nos de evidenciar a abordagem apologética e isolada do fenómeno assistencial, sujeito aparentemente a regras próprias e desinseridas do social, arrastando consigo uma visão naturalizante da assistência, dominada e circunscrita à componente caritativa e desinteressada. Igualmente é comum aos três autores (ainda que em grau de intensidade diverso) o reconhecimento do papel primordial do cristianismo na moldagem do espírito e do sistema assistencial, a manipulação da representação do passado assistencial enquanto estratégia argumentativa do sistema que preconizam nas

⁴³"O conceito social moderno da Instituição 'Misericórdia'", *A Medicina Contemporânea*, nº 22, ano IX, 1942, pp. 9-10.

respectivas contemporaneidades, e por fim, o vector de exaltação nacionalista.

ANEXO: BIBLIOGRAFIA DOS AUTORES

JOSÉ CIPRIANO DA COSTA GOODOLFIM:

Assistance Publique en Portugal (Exposition Universalle de 1900, Section Portugaise), Lisboa, s.n., 1900.

A Associação. História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas, Lisboa, Tipografia Universal, 1876. (2ª ed. com um prefácio de César de Oliveira, Seara Nova, 1974)

"O Hospital de Todos os Santos. Sua fundação. Hospitales existentes em Lisboa. El-Rei D. João II. O seu testamento. El-Rei D. Manuel I", in *Trabalhos da Academia de Ciências de Lisboa*, 1ª série, t. I, Lx, Livraria Central de Gomes editor, 1908.

Les Institutions de Prévoyance du Portugal, Lisboa, 1883.

As Misericórdias, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

A Previdência, Associação de Socorro Mútuo, Cooperativas, Caixas de Pensões e Reformas, caixas Económicas (com um prefácio por M. V. de Armelim Júnior), Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

A Previdência, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

Questões Sociaes. O Capital . O Trabalho. A Miséria, Porto, Tipografia Ocidental, 1894.

VÍTOR RIBEIRO:

O Arquivo da Misericórdia de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.

Comemoração do IV Centenário da Instituição da Misericórdia. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (subsídios para a sua História) 1498-1898, Lisboa,

"Critério a que devem obedecer as normas positivas da organização da beneficencia portugueza...", *Primeiro Congresso Portuguez da Beneficencia-Documentos*, Porto, 1906.

História da beneficência pública em Portugal, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907.

A Infanta D: Maria e o seu Hospital da Luz, Lisboa, Tipografia da Casa da Moeda e do Papel Selado, 1907.

As Iotarias da Misericórdia e a Academia das Ciências, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914.

"A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa", *Memórias da Academia Real das Ciências*, Lisboa, tomo IX, Parte II de Ciências Morais e Políticas e Belas-Letras.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Subsídios para a sua História) 1498-1898. Instituição, vida histórica, estado presente e seu futuro, Lisboa, 1902.

FERNANDO DA SILVA CORREIA:

A Actualização do Primitivo Compromisso da Misericórdia, Lisboa, S.N. de Tipografia, 1932.

"Algumas proposições sobre as Misericórdias portuguesas", *Actas do IV Congresso das Misericórdias*, Lisboa, 1959, pp. 95-105.

"Algumas teses sobre a História da Assistência em Portugal", in *O Mundo Português (Congresso do)*, 1940, Lisboa, vol. II, pp. 643-666.

A Assistência Cristã desde o século IV ao século X, Separata Acção Médica, fasc. IX, 1938, p. 16.

A Assistência Moderna e a Tradição, Separata da Imprensa Médica, ano v, nº 6, 1939.

"A Assistência aos Pobres no Começo da Nacionalidade", in *O Mundo Português (Congresso do)*, 1940, Lisboa, vol. II

"Charitatis Monumenta Historica. Regimento das Capelas e Hospitais", *Boletim da Assistência Social*, 2º ano, 1945, n. 14 a 24.

Do compromisso da Confraria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fundada pela rainha D. Leonor de Lencastre, impresso em 1516, reimpresso em 1929, Caldas da Rainha, Tip. Caldense, 1929.

"Compromisso do Hospital das Caldas dado pela Rainha D. Leonor sua fundadora em 1512", *Instituto. Revista Científica e Literária*, Coimbra, 4ª série, vol. 80, 1930, n. 9, pp. 107-265.

"O conceito social moderno da instituição 'Misericórdia'", in *A Medicina Contemporânea*, nº 22, ano IX, 1942.

Um documento importante para a história do Hospital de Todos-os-Santos, Separata da Imprensa Médica, Ano VI, n. 11, 1940.

Estudos sobre a história da assistência. Origens e formação das Misericórdias portuguesas, Lisboa, 1944.

Os hospitais medievais portugueses, Separata de *A Medicina Contemporânea*, n. 11, 12, 13, 14 e 15, ano XII, 1943.

Hospitais pré-quincentistas portugueses. A lição da História, Separata de Imprensa Médica, ano IX, 1943, n.s 23-24.

"A Idade de ouro da assistência cristã. A assistência na Idade Média", 1939.

João Luís Vivès e o Reascimento da Assistência, Separata de "O Médico", nº 273, 1956.

"A Misericórdia de Lisboa", *A Medicina Contemporânea*, nºs 19,20,21, separata, Lisboa, 1942.

"A origem dos grandes hospitais portugueses", *Boletim da Assistência Social*, 1944, nºs 17 a 19, pp. 191-195.

Regimento do Hospital de Todos os Santos, Lisboa, edição Sanitar, 1946.

De sanitate in Lusitania monumenta historica. Documentos para a História da Saúde Pública em Portugal, s. n., 1960.

Subsídios para a História da Saúde Pública Portuguesa do Século XV a 1822, Separata O Médico, Porto, 1958.

"Os velhos hospitais da Lisboa antiga", *Revista Municipal*, Lisboa, ano II, 1941.

NOTA: A listagem não é exaustiva e só contempla estudos relacionados com a temática da história da assistência.